

José Pedro Castanheira, Os 58 Dias Que Abalaram Macau, Lisboa e Macau, Publicações Dom Quixote e Livros do Oriente, 1999, 367 páginas.

Marya Glyn-Daniel, The Macau Grand Prix and My Part in the Cultural Revolution in China, Charnwood, Austrália, Ginninderra Press, 1999, 232 páginas.

O passado recente de Macau está profundamente marcado por silêncios em torno de vários acontecimentos. Assim, temas como o conflito fronteiriço de 1952, o cancelamento do 4.º centenário da presença portuguesa no enclave, em 1955, e a «revolução cultural» chinesa no território, que decorreu entre 1966 e 1968, foram sistematicamente ignorados.

Vários factores contribuíram para esta situação. Na segunda mais pequena parcela do antigo império colonial português, depois do Forte de São João Baptista de Ajudá, a política da administração portuguesa orientou-se constantemente no sentido de nunca apoiar a investigação sobre os acontecimentos, assuntos e temas considerados ou tidos como controversos ou «politicamente incorrectos». Por outro lado, a imprensa portuguesa local, fortemente dependente dos subsídios da administração portuguesa, viu-se sempre constringida em abordar o assunto. Porém, dois jornalistas, João Guedes e Ricardo Pinto, levantaram o véu de silêncio

em torno da «revolução cultural» com a publicação de interessantes artigos sobre o tema, em trabalhos editados em Setembro de 1992 e Novembro de 1996, respectivamente.

Contudo, no último ano da administração portuguesa sobre o território foram publicadas duas monografias deveras interessantes sobre o conturbado tema da «revolução cultural» chinesa no enclave. A primeira é da autoria do jornalista português José Pedro Castanheira e a segunda da sua colega australiana Marya Glyn-Daniel.

A qualidade dos livros distingue-se pelo uso de fontes. Enquanto José Pedro Castanheira privilegiou a consulta de vários arquivos portugueses, a leitura aturada da imprensa portuguesa e chinesa de Macau, e entrevistou vários portugueses e chineses protagonistas nos incidentes, a sua colega australiana socorreu-se das memórias pessoais vividas no enclave no último semestre de 1966. O resultado é que o livro de José Pedro Castanheira é de elevada qualidade e rigor, enquanto o trabalho de Marya Glyn-Daniel é bastante subjectivo.

Nos primeiros seis capítulos, José Pedro Castanheira debruça-se sobre o tenso conflito político no seio das cúpulas dirigentes da China continental, o interregno entre a nomeação e a chegada a Macau do novo governador, brigadeiro Nobre de Carvalho, os incidentes na ilha da Taipa, que ocorreram no dia 15 de Novembro de 1966 e que serviram de pretexto para os tumultos que tiveram lugar em Macau nos dias 3 e

4 de Dezembro de 1966, e as cinco reivindicações apresentadas pela Associação dos Moradores [*Gaifeng/Kaifong*] da ilha da Taipa. Para além disto, destaca a morosidade na troca de correspondência entre Lisboa e Macau, e vice-versa, a importante ausência de He Xian [Ho Yin], «representante da comunidade chinesa de Macau» no Conselho Legislativo, na cerimónia de boas-vindas ao novo governador no Leal Senado e a recusa do brigadeiro Nobre de Carvalho em receber uma delegação da Associação Geral dos Operários de Macau, a «central sindical» conservadora chinesa alinhada com Pequim, para se encontrar um desfecho político para a questão da construção da escola geral do bairro [*Fong Chong*] da ilha da Taipa e para o incidente do dia 15 de Novembro.

A partir do sétimo capítulo, José Pedro Castanheira adoptou uma abordagem cronológica, em forma de diário, que tem início com os acontecimentos que abalaram o território nos dias 3 e 4 de Dezembro de 1966 e se prolongaram até ao acto de assinatura pelo governador Nobre de Carvalho das duas minutas que prostraram [*ketów/k'ot'ou*] a administração portuguesa no dia 29 de Janeiro de 1967. Assim, debruça-se sobre as origens do conflito e as reacções da Repartição de Assuntos Exteriores do governo da província chinesa de Guangdong e do regime de Salazar. Dá ênfase às «negociações» impostas pelas periclitantes «autoridades» chinesas de Guangzhou [Cantão] à administração nominal portuguesa de Macau, ao êxodo das comunidades

portuguesa, macaense e chinesa do enclave em alturas críticas da situação e à inflexibilidade inicial de Salazar, que, acabaria, contudo, por ceder às reivindicações apresentadas pela Comissão dos Treze de Macau e pela Repartição de Assuntos Exteriores do governo da província de Guangdong.

Na opinião de José Pedro Castanheira, a «revolução cultural» em Macau deveu-se, em parte, a uma indiferença de Lisboa em relação ao enclave, à inexistência de sinólogos em Portugal para compreender os complexos meandros das políticas interna e externa chinesas, à entrega da administração portuguesa de Macau a militares com pouco «tacto diplomático ou domínio da cultura oriental» e à manutenção de relações diplomáticas entre Portugal e o regime nacionalista chinês de Jiang Jieshi [Chiang Kai-shek], sediado na Formosa/Taiwan.

Antes da conclusão da recensão do trabalho de José Pedro Castanheira, gostaríamos de chamar a atenção para o excelente prefácio do embaixador José Calvet de Magalhães. Este preâmbulo é de grande valor histórico. Na realidade, o último cônsul de Portugal em Guangzhou [Cantão] e primeiro representante português junto das ultra-secretas comissões ocidentais de coordenação e acompanhamento do embargo contra os regimes comunistas (COMCO) e a China continental (COMCHI) não se coíbe de afirmar que «a imensa e poderosa China, na sua magnânima política para com os portugueses, inspirada naturalmente pelos seus próprios interes-

ses, consentiu a presença na exígua península e mais algumas ilhas próximas na medida em que essas autoridades estrangeiras não prejudicassem os seus reais interesses nem afrontassem a sua suprema autoridade» (p. 13). E lamenta «a insistente referência dos membros do governo de Lisboa à defesa e manutenção da soberania portuguesa em Macau, como se tratasse de defender a nossa soberania em Elvas perante ameaças vindas de Espanha. Desde o chefe do governo aos diferentes ministros só se fala em preservar a soberania portuguesa, como se esta fosse uma realidade em Macau, o que a longa história do território de forma alguma comprova» (pp. 14 e 15).

Resta-nos lembrar que o livro de José Pedro Castanheira se reporta somente à primeira fase da «revolução cultural» chinesa em Macau. Como reconheceu o próprio no capítulo das conclusões, estão ainda por ser reveladas as prostrações infligidas pelos maoístas locais à administração judicial portuguesa em Março de 1967, ao cônsul, vice-cônsul e demais funcionários consulares britânicos que contribuíram para o encerramento definitivo do consulado do Reino Unido em Macau em Maio, à guarnição militar portuguesa em Junho e, finalmente, a tentativa gorada para proceder de forma idêntica contra o bispo de Macau, D. Paulo José Tavares, e a Igreja católica.

O livro da jornalista australiana Marya Glyn-Daniel é bem diferente do de José Pedro Castanheira. En-

quanto o livro de José Pedro Castanheira constitui um trabalho do melhor que se faz em Portugal e no estrangeiro na área do jornalismo de investigação, o livro da sua colega australiana insere-se no âmbito de uma crónica genérica acerca do *milieu* social que se vivia em Macau antes da eclosão da «revolução cultural». A jornalista encontrava-se em Macau aquando da ocorrência dos incidentes, devidamente creditada como «[a]uxiliar do operador de cinema [do jornalista australiano Geoffrey Powell,] ao serviço do Centro de Informação e Turismo de Macau, desde 11 de Agosto de 1966» (p. 142A) para a RTP.

Na opinião de Marya, «não têm sido escritos, para além de guias turísticos, acerca de Macau do século xx, em inglês — e também em português» — muitos livros sobre o enclave, razão que contribuiu para que «não se conheça praticamente nada acerca da vida por detrás da fachada decadente» (p. 8). E, portanto, ao contrário de José Pedro Castanheira, trata-se de uma crónica de uma jovem jornalista e testemunha ocular dos incidentes que assolaram Macau. Ela e Geoffrey Powell estiveram incumbidos de organizar a campanha de publicidade do XIII Prémio de Macau, que teve lugar entre os dias 19 e 20 de Novembro de 1966. Além disso, fizeram a cobertura televisiva da conferência de imprensa do tenente-coronel Galvão de Figueiredo de 24 de Novembro de 1966. O então comandante da PSP de Macau atri-

buiu a ocorrência do incidente da ilha da Taipa do dia 15 de Novembro aos chineses e classificou-o como «um motim premeditado». Mas, enquanto a imprensa portuguesa de Macau, não noticiou a ocorrência de qualquer agitação durante a conferência, Marya defende que esta acabou apressadamente no meio de uma grande confusão quando o tenente-coronel Galvão de Figueiredo foi interpelado pela imprensa chinesa.

Por outro lado, ela realizou também a cobertura televisiva da cerimónia de chegada a Macau do governador Nobre de Carvalho em 25 de Novembro. A jornalista partiu de Macau no dia 6 de Dezembro, isto é, dois dias após os distúrbios dos dias 3 e 4 de Dezembro.

Para além de ter observado momentos cruciais que ajudam a compreender a ocorrência dos incidentes, revela que um número impressionante de 12 000 residentes de Macau, isto é, portugueses, macaenses e chineses, se refugiaram em Hong-Kong nas ocasiões mais críticas dos tumultos. Marya regressou ao enclave mais algumas vezes para observar *in situ* a evolução da tensa situação política, social e interétnica.

Tal como os demais estudiosos que se têm debruçado sobre este período turbulento de Macau, Marya Glyn-Daniel atribui a responsabilidade pela ocorrência dos distúrbios ao encarregado do governo, tenente-coronel Mota Cerveira, e à inexperience do governador, brigadeiro Nobre de Carvalho.

Embora o trabalho de José Pedro Castanheira seja superior, em todos aspectos, ao da sua colega australiana, recomenda-se vivamente a leitura de ambos. Desta forma, poderemos ficar com uma ideia mais próxima da realidade que se vivia em Macau no período pré-«revolução cultural» e na primeira fase desta época agitada do passado recente do enclave, das relações luso-chinesas e dos condicionamentos que permeavam a presença portuguesa no Sul da China.

MOISÉS SILVA FERNANDES

François Guichard, Lorenzo López Trigal e Louis Marrou (coords.), **Itinerarios Transfronterizos en la Península Ibérica**, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 2000, 298 páginas.

Lorenzo López Trigal e François Guichard (coords.), **La Frontera Hispano-Portuguesa: Nuevo Espacio de Atracción y Cooperación**, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 2000, 313 páginas.

Estas duas obras são o resultado de um projecto de investigação sobre «articulação territorial na Península Ibérica», desenvolvido por académicos de